

“VOCÊ PODERIA CHAMAR UM TÁXI?”:
IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS E MAL-
ENTENDIDOS EM INTERAÇÕES ENTRE
BRASILEIROS E PORTUGUESES

“COULD YOU CALL ME A TAXI?”:
CONVERSATIONAL IMPLICATURES AND
MISUNDERSTANDINGS IN INTERACTIONS
BETWEEN BRAZILIAN AND PORTUGUESE
PEOPLE

João Victor Chiquetto Silva*

Marina Chiara Legroski**

RESUMO: Neste trabalho, investigamos a geração e a interpretação de algumas implicaturas conversacionais (ICs) no português brasileiro (PB). Para tanto, dedicamos a uma revisão da literatura, especialmente detida nas definições da Pragmática Conversacional e das intenções comunicativas. Em seguida, recorreremos, como *corpus* de análise, a alguns dados de interações falante/ouvinte entre portugueses e brasileiros, buscando confirmar nossa hipótese: a de que há diferenças no uso comunicativo da língua entre o PB e o português europeu (PE), especificamente quanto à geração e à interpretação de certas ICs. Descrevemos nossos resultados de acordo com os conceitos griceanos das máximas conversacionais e de suas violações (e da consequente geração de ICs). Confirmamos que a geração de ICs usuais para o PB muitas vezes parece não se dar do mesmo modo no PE, causando problemas de comunicação. O referencial teórico principal é composto por Grice (1975; 1982); Levinson (2007); e Dascal (1982; 2005).

PALAVRAS-CHAVE: Implicaturas conversacionais. Máximas conversacionais. Princípio da cooperação.

* Licenciado em Letras Português/Espanhol (UEPG). Mestre em Letras - Estudos Linguísticos (UFPR). E-mail: jvchiquetto@outlook.com.

** Professora do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. Doutora em Letras pelo mesmo programa de pós-graduação. E-mail: marinalegroski@gmail.com.

ABSTRACT: In this paper, we delve into the generation and interpretation of specific conversational implicatures (CIs) in Brazilian Portuguese (BP). We began with a literature review, with particular emphasis on Conversational Pragmatics and communicative intentions. Utilizing data from speaker-listener interactions between Portuguese and Brazilian individuals, we sought to validate the hypothesis that distinctions exist in the communicative use of language between BP and European Portuguese (EP), especially concerning the generation and interpretation of certain CIs. Our results are articulated using the Gricean concepts of conversational maxims, their violations, and the ensuing generation of CIs. Our findings corroborate that the typical generation of CIs in BP often diverges from that in EP, leading to communication discrepancies. The primary theoretical foundation of this study is anchored in the works of Grice (1975[1982]), Levinson (2007), and Dascal (1982; 2005).
KEYWORDS: Conversational implicatures. Conversational maxims. Cooperative principle.

INTRODUÇÃO

NO JOGO PRAGMÁTICO, AS PEÇAS SÃO AS PALAVRAS

A abrangência do campo de estudos da linguística é marcante e característica. Dentro desse amplo domínio, há várias áreas que determinam olhares particulares para os múltiplos fenômenos linguísticos, o que causa fascínio especialmente pela complexidade característica de cada um desses inúmeros campos.

É nesse contexto que definimos o escopo deste trabalho dentro da Pragmática, uma vez que nosso objeto de estudo será considerado, assim como proposto por Stalnaker (1982, p. 59) dentro do “estudo da linguagem em relação àqueles que usam a linguagem”. Ou seja, na área que se dedica ao “estudo dos **atos linguísticos** e dos **contextos** nos quais eles são executados” (Stalnaker, 1982, p. 64, grifos nossos).

Ainda, conforme Oliveira e Basso (2014, p. 25),

A pragmática que vemos, pelo menos em Levinson e naqueles por ele resenhados, estuda, antes, as apostas de interpretação que desenham uma intenção do falante que se coloca no e pelo próprio ato de fala (na comunicação). A pragmática estuda a atribuição de intencionalidades (e as apostas do falante de que o intérprete vai fazer tal e qual atribuição), e os raciocínios que o falante acredita que seu interlocutor é capaz de realizar, dada uma ancoragem numa aposta fundamental (seja ela o princípio de cooperação ou o princípio de caridade). Estamos no reino dos espelhos, em que vejo no outro o meu reflexo e aposto que ele vê em mim o seu próprio reflexo.

Devido à sua investigação abrangente, focada em aspectos conversacionais, contextuais e interacionais (como identidade, conhecimento de mundo e intenções enunciativas), acreditamos na relevância desta abordagem para nosso debate. Nosso objetivo é analisar, a partir da pragmática, aspectos contextuais ligados à identidade dos interlocutores, ao conhecimento (não) compartilhado e às intenções quando interagem com ouvintes de culturas diferentes. Esta análise é particularmente centrada nas diferenças entre falantes de Português do Brasil (PB) e de Portugal (PE). Nosso foco está em situações em que a comunicação entre portugueses e brasileiros não ocorreu conforme o esperado, especialmente pelo ponto de vista do falante brasileiro.

Nosso problema de pesquisa centra-se na influência das diferenças culturais, especialmente entre as comunidades do português brasileiro e europeu, sobre a pragmática da linguagem. Embora esta seja uma área de estudos produtiva, não existem tantos estudos em pragmática voltados para a questão da intercompreensão. Esta questão foi despertada por uma postagem intrigante no *BuzzFeed*¹, em que mal-entendidos², frequentemente vistos como piadas pelos brasileiros, apontam para possíveis diferenças pragmáticas entre as duas variedades da língua.

Com base em dados coletados e em uma revisão de literatura focada na Pragmática Conversacional, nas intenções comunicativas e nas implicaturas conversacionais (Grice, 1975[1982]; Dascal, 1982; 2005; Levinson, 2007; Stalnaker, 1982), buscamos analisar os curiosos dados de que dispomos em nosso *corpus*. Em particular, focamos situações em que a expectativa de geração de determinada implicatura conversacional por parte do falante brasileiro não foi cumprida pelo interlocutor português.

Nossa análise tem como ponto inicial os dados que detalhamos mais à frente. Em seguida, apresentamos a teoria que fundamenta nosso estudo. Após estabelecer essa base, descrevemos o fenômeno em foco e defendemos a análise de nosso *corpus* usando o princípio griceano da cooperação conversacional e suas máximas que, conforme Grice (1975[1982]), são geradas pela racionalidade humana e pela cooperação.

Assim, justificamos nossa perspectiva de análise e a apresentação de nosso problema de pesquisa por meio das palavras de Dascal (1982, p. 5), que nos lembra que

[...] os nossos meios de comunicação, por mais que possam **transmitir significado e promover compreensão**, também podem **ocultar o significado e impedir a compreensão**. Isso acontece porque jamais podemos

¹ As interações foram extraídas de <https://www.buzzfeed.com/br/rafaelcapanema/historias-reais-de-portugal-mais-engracadas-que-piadas>.

² O termo *mal-entendido* é definido por Pinto (2012, p. 64), como “um momento no diálogo em que não há coincidência de interpretação entre participantes”. A autora afirma, ainda, que “muitos estudos têm procurado estabelecer padrões para a “resolução” desses chamados mal-entendidos [...]”. É o caso deste estudo que propomos. Há, no entanto, em Goffman (1974) uma série de enquadramentos de mal-entendidos que, talvez, servissem como categorização do fenômeno aqui analisado. No entanto, isso é material para outro texto.

ter certeza de que um sorriso indica satisfação, que um “sim” representa consentimento ou que uma afirmação revela a opinião daquele que a proferiu (grifos nossos).

Portanto, consideramos que nosso recorte pelo olhar da pragmática objetiva justamente investigar por que (e se), nos dados que selecionamos, ocorre algum nível de *ocultação de significado*, ainda que não-intencional, e um conseqüente *impedimento* (ou, ao menos, dificuldade) de compreensão entre os interagentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ESTADO DA ARTE DA PRAGMÁTICA CONVERSACIONAL

Consideramos relevante, a partir da apresentação de nosso problema de pesquisa e do caminho que decidimos percorrer para chegar a nossos resultados, apontar alguns conceitos fundamentais que nos serviram de base para o presente estudo.

Primeiramente, destacamos alguns pontos sobre o princípio da cooperação (doravante PC) e das máximas conversacionais de Grice, para que possamos visualizar melhor como se geram as implicaturas³ e quais seriam as expectativas dos falantes brasileiros ao produzir os enunciados que analisamos. Passamos, então, a delinear esses termos griceanos.

Basicamente, segundo a discussão trazida por Grice (1975[1982]), consideramos, como regra geral, que nosso interlocutor busca compreender o que tentamos comunicar-lhe – ou seja, faz um esforço de cooperação –, visto que temos um acordo prévio e tácito sobre o ato de comunicar. Ou seja, somente o simples fato de nos engajarmos em determinado diálogo, por qualquer que seja seu objetivo (e por mais circunstancial que seja), indica que estamos cumprindo o princípio da cooperação.

Assim, nossas interações são regidas pelo PC. Nas palavras de Grice, esse é um princípio geral que os participantes observam nas interações e que pode ser formulado da seguinte maneira: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (Grice, 1975[1982], p. 86).

A partir desse princípio, concluímos que grande parte de nossas interações cotidianas se estabelece dessa maneira. Entretanto, isso só ocorre se não houver nenhuma “indicação em contrário”, algo que se relaciona com outro conceito griceano importante para a nossa análise:

³ Aqui, ressaltamos que optamos por não demarcar toda a conceituação de inferências, partindo primeiro do *acarretamento* e da *pressuposição* para, só então, delinear as *implicaturas*. Isto porque entendemos que a discussão sobre se a *pressuposição* é um fenômeno semântico ou pragmático é extensa, mas implicaturas são essencialmente pragmáticas. Assim, partiremos diretamente para as características deste último conceito.

o do respeito às *máximas conversacionais*. São as eventuais *violações* que, em geral, geram as *implicaturas conversacionais*⁴ (doravante ICs).

As *máximas conversacionais* (Grice, 1975[1982], p. 86-88) são quatro:

1. Máxima da **quantidade**: que a contribuição do falante (F) seja tão informativa quanto o requerido (e não mais do que isso, uma vez que a superinformatividade pode gerar confusão);
2. Máxima da **qualidade**: que a contribuição de F seja verdadeira. Ou seja, F não dirá aquilo que acredita ser falso, tampouco aquilo de que não tem evidência suficiente;
3. Máxima da **relação ou relevância**⁵: F será relevante para a situação comunicativa em curso;
4. Máxima do **modo** (diferentemente das outras máximas, está relacionada a *como* o enunciado é dito, e não ao *que* é dito, ou seja, seu conteúdo): F será claro – evitará, portanto, a obscuridade, as ambiguidades, a prolixidade. F será, também, breve e ordenado.

Segundo Grice, existem justificativas para supor que os falantes, em geral, procedem da forma descrita por esses princípios (que, na verdade, são descritivos da observação de uma realidade, e não prescritivos, uma vez que são elaborados a partir da observação das interações sociais): primeiramente, o empirismo, visto que as pessoas habitualmente *se comportam* dessa maneira; e, em segundo lugar, o fato de que esses princípios são, para nós, *razoáveis* de serem acatados – tanto é assim que os acatamos cotidianamente, ainda que a quase totalidade dos falantes não tenha consciência explícita disso (Grice, 1975, p. 89-90).

Sabemos que as implicaturas podem ser geradas tanto pela observância estrita das máximas conversacionais quanto pela sua violação. Parece-nos pertinente relacionar tais considerações ao processo que Grice define como a maneira pela qual os interlocutores calculam as ICs a partir do contexto conversacional em que estão inseridos:

⁴ Grice subdivide as implicaturas em convencionais e conversacionais, que, por sua vez, são diferenciadas em generalizadas e particularizadas. Neste sentido, entendemos que as implicaturas generalizadas são as baseadas em normas e expectativas conversacionais compartilhadas, independentes do contexto específico ou de convenções linguísticas particulares. Um exemplo deste tipo de implicatura seria a gerada por “Algumas maçãs são doces”, que, enunciada, tende a ser entendida como uma afirmação de que “nem todas as maçãs são doces”. Já as implicaturas convencionais dependem de convenções linguísticas particulares, mais ligadas aos significados das palavras. No entanto, como estamos utilizando o texto de Grice como base, entendemos, assim como Oliveira e Basso (2014, p.146), que as implicaturas conversacionais não são um ponto central para esta teoria, uma vez que elas aparecem como elemento de distinção entre as implicaturas geradas conversacionalmente e as que não o são. Alguns autores (como estes citados) chegam a defender que as implicaturas convencionais não são implicaturas, e sim fazem parte do significado semântico destas expressões. Por exemplo, a expressão “chutar o balde” convencionalmente implica a morte, mas não há nada no significado literal de “chutar” ou “balde” que sugira isso. Tais implicaturas são fixas e estão diretamente ligadas ao léxico e às expressões idiomáticas da língua, não variando muito com o contexto ou com a situação comunicativa.

⁵ Essa máxima é aprofundada posteriormente por outros autores, chegando, inclusive, a originar uma teoria específica (a *Teoria da Relevância*, de Sperber e Wilson).

Um padrão geral para a dedução de uma implicatura conversacional pode ser formulado assim: ‘Ele disse que *p*; **não há nenhuma razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o Princípio de Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pense que *q***; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que *q* é necessária; ele não deu qualquer passo para impedir que eu pensasse que *q*; **ele tem a intenção de que eu pense, ou pelo menos quer deixar que eu pense que *q***; logo, **ele implicou que *q***’ (Grice, 1975[1982], p. 93, grifos nossos).

Esse processo, como vimos, nem sempre ocorre conforme o esperado pelo interlocutor – é justamente disso que decorrem os *mal-entendidos*. Todavia, é justamente a existência dessa *calculabilidade* que caracteriza as ICs; caso contrário, não seria possível a formulação de um princípio como esse.

Neste estudo, estamos interessados em situações que, supostamente e à primeira vista, não estariam de acordo com as máximas; ou seja, situações em que os falantes negam, por alguma razão, o desejo de cooperar, ou abandonam determinada(s) máxima(s). Isso pode ocorrer, por exemplo, quando há um choque entre máximas, em que, para se cumprir uma, é necessário violar outra, como quando não temos informação suficiente sobre determinado fato e, por isso, damos menor quantidade de informação do que a solicitada por nosso interlocutor. É neste último caso, definido por Grice como *exploitation* (i.e., utilização/exploração da máxima), que se geram as *implicaturas conversacionais*.

As ICs estão, segundo Grice (1975[1982], p. 86), “essencialmente conectadas com certos traços gerais do discurso”. Tais traços são justamente as máximas conversacionais mencionadas.

A violação dessas máximas, definida por Grice como o gatilho desse tipo de fenômeno (as ICs), é possível justamente porque todos os falantes sabem que interagimos mediados por um PC; e porque sabemos que as máximas existem e são assim. É por isso que conseguimos, com certa facilidade, alternar entre “respeitar” todas essas máximas quando queremos ser mais literais, ou não temos a necessidade de implicar nada para nosso interlocutor; e violar alguma(s) dela(s) (ou *utilizá-las*, conforme define Grice) quando queremos gerar implicaturas por alguma razão.

Esse último movimento só é possível porque contamos com a capacidade de nosso interlocutor de perceber que violamos alguma máxima que não se esperaria que violássemos. Ou seja, se o fizemos, nosso interlocutor (espera-se) buscará atribuir algum sentido a essa violação. Essa atribuição de sentido, chamada de *cálculo inferencial*, evidentemente, sempre terá relação com o contexto em que a interação está inserida.

A geração de ICs é bastante cotidiana e pode funcionar como amplificadora da eficiência das trocas comunicativas. Isso ocorre seja porque desejamos minimizar nossos riscos

enquanto interagentes; porque não podemos dizer algo explicitamente; ou porque precisamos que nossa real intenção “fique no ar”. Enfim, por qualquer razão que pareça pertinente a determinada interação.

Segue um exemplo que pode nos ajudar a compreender melhor o conceito de IC:

(1) [Contexto: Uma mãe (A), que está em frente ao fogão segurando uma chaleira de água fervendo, dirige-se a seu filho, que se aproxima dela correndo e de maneira descuidada.]

A – Cuidado! Estou segurando a chaleira!

A princípio, poderíamos pensar que o enunciado proferido por essa mãe não faz o menor sentido, visto que ela apenas constata algo que pode ser facilmente verificável no mundo (o fato de estar segurando uma chaleira). Ou seja, supostamente essa falante estaria violando a máxima da *relevância*, já que a informação por ela proferida não parece ter nenhuma pertinência para a situação. No entanto, é bastante simples perceber que o que ocorre é exatamente o contrário (e é papel do filho – seu interlocutor – decodificar essa aparente violação de máxima executada por sua mãe): ela profere esse enunciado com a intenção de alertá-lo sobre o fato de que ela está com algo *quente* nas mãos e que, caso ele continue agindo da mesma maneira, poderá se queimar. Enfim, fica evidente a *relevância* do enunciado proferido pela mãe. Contudo, essa relevância é derivada apenas a partir da *implicatura* gerada, e não a partir do conteúdo literal do enunciado.

Ainda sobre o fenômeno da geração das ICs, vale ressaltar que, em sua origem, ele é invariavelmente indeterminado. Isto significa que, dada a multiplicidade de contextos em que as implicaturas podem surgir, é esperado que não se saiba, de antemão, o que elas querem dizer.

Neste sentido, o exemplo em (1) apenas tenta demonstrar como funciona o cálculo da significação destas implicaturas. Embora, em geral, o ouvinte calcule a implicatura esperada (já que, segundo Grice (1975[1982])), as ICs são calculáveis), nem sempre isso ocorre, porque, também segundo o autor, elas são canceláveis (ou seja, pode-se sempre recorrer a uma reformulação do enunciado para desfazer a implicatura inicialmente calculada pelo interlocutor), além de serem não-convencionais, o que as confere justamente a característica de serem conversacionais. Ou seja, o que o falante *quer dizer* não tem relação com os elementos estritamente linguísticos da frase, mas com o contexto da enunciação (Grice, 1975[1982]).

É justamente essa característica de uma certa variabilidade, indeterminação ou inexatidão na geração das ICs que buscamos abordar com a análise dos dados que selecionamos neste trabalho. Os *mal-entendidos* que ocorrem (ou parecem ocorrer) nos diálogos de nosso *corpus* aparentam estar relacionados exatamente a esse fato.

Sobre essa associação entre o que o falante deseja implicar e o papel do interlocutor de inferir tal implicatura, observemos as palavras de Dascal (2005, p. 124):

O interlocutor que se encontra diante de uma possível implicatura pode ser comparado com um jogador em um jogo todo especial. Sua meta é descobrir a implicatura, se é que há alguma – e isto também ele tem que descobrir. Pois bem, uma implicatura é uma *hipótese* sobre as intenções do locutor que *explica* (ou elimina) a aparente irrelevância de sua enunciação, mostrando como a enunciação é de fato relevante. A tarefa do interlocutor é, portanto, semelhante à do cientista que busca uma teoria capaz de explicar certos dados, respeitando certas suposições teóricas amplas (comparáveis aos princípios R [da relevância] e CP [princípio da cooperação]).

A citação de Dascal aborda a questão de que é o interlocutor quem tem a “missão” de decodificar a implicatura que o falante busca gerar. Em outras palavras, cabe a ele eliminar a suposta irrelevância inicial da enunciação que ouviu, para que ela se torne adequada (*i.e.*, seja *relevante*) ao contexto conversacional.

Ainda sobre o processo do *cálculo inferencial* e da geração das ICs, vale destacar que

[...] as **inferências** surgem para preservar a **suposição de cooperação**; é apenas ao fazer a **suposição contrária às indicações superficiais** que as inferências surgem, em primeiro lugar. É este tipo de inferência que **Grice chama [...] implicatura conversacional**. Portanto, a ideia de Grice não é que nunca nos afastamos dessas máximas num nível superficial, mas sim que, **sempre que possível, as pessoas interpretarão o que dizemos como estando em conformidade com as máximas em, pelo menos, algum nível** (Levinson, 2007, p. 128, grifos nossos).

Com essa afirmação, Levinson resume de modo bastante preciso o motivo pelo qual as inferências existem, e explica por que podemos considerar tal conceito essencial para compreendermos a razão pela qual interações conversacionais que aparentemente não seguem o PC podem ocorrer. Mais do que isso, elas ocorrem com elevada frequência em nosso cotidiano. Essas são aquelas interações em que comunicamos mais do que dizemos e, muitas vezes, algo diferente (às vezes até diametralmente oposto) daquilo que dizemos. É nessas situações em que não nos basta a *explicatura*⁶ do dito, ou seja, o seu conteúdo de base (literal, semântico); precisamos, então, considerar esse significado adicional e necessário a determinado contexto, que é uma *implicatura* do dito (Grice, 1975[1982]).

Com base nesses pressupostos teóricos que buscamos apresentar e relacionar aos contornos deste trabalho, podemos perceber que nossa análise de dados deve partir do aspecto conversacional da geração das ICs, com o objetivo de compreender qual é a implicatura

⁶O termo aqui é utilizado conforme Sperber e Wilson (1996, p. 182): “A proposition communicated by an utterance is an explicature if and only if it is a development of a logical form encoded by the utterance”. (Uma proposição comunicada por uma expressão é uma explicatura se, e somente se, for um desenvolvimento de uma forma lógica codificada pela expressão).

pretendida a partir de cada enunciado produzido pelos brasileiros nas interações selecionadas como integrantes do nosso *corpus*. Para tanto, os conceitos teóricos já explicitados, como o processo de geração de ICs, o PC, as máximas conversacionais e suas eventuais violações, são recursos indispensáveis.

METODOLOGIA

TRANSFORMANDO HISTÓRIAS ENGRAÇADAS EM DADOS PERTINENTES A UMA INVESTIGAÇÃO PRAGMÁTICA

Neste trabalho, empregamos a metodologia teórica e qualitativa, consistindo basicamente na revisão da literatura e na leitura de bibliografia pertinente. Além disso, buscamos associar a fundamentação teórica à discussão de alguns dados linguísticos, como já mencionado, notadamente consistentes em interações linguísticas entre portugueses e brasileiros, para que pudéssemos chegar à análise dos aspectos pragmáticos – especialmente de violações de máximas e de geração de implicaturas conversacionais distintas – que permeiam tais interações.

Nosso referencial teórico, conforme apresentado anteriormente, foi essencialmente composto por Grice (1975[1982]), Stalnaker (1982), Levinson (2007) e Dascal (1982; 2005). Nosso dispositivo analítico (os relatos das interações mencionadas) foi obtido a partir de uma publicação do site *BuzzFeed*, referenciada previamente, intitulada *16 histórias de Portugal que parecem piada, mas são reais*.

Nesse sentido, retomaremos os casos relatados nessa publicação e formular hipóteses interpretativas a partir da literatura levantada.

O FENÔMENO LINGUÍSTICO EM ANÁLISE

O PONTO DE PARTIDA PARA A SELEÇÃO DOS (DIVERTIDOS) DADOS

O fenômeno linguístico que buscamos analisar é o da geração de implicaturas conversacionais *no português brasileiro*, que parece ser diferente do processo de cálculo de implicaturas realizado pelos portugueses. Isso fica evidente a partir dos dados coletados.

Assim, o recorte pragmático que optamos por fazer, especialmente detido nas definições griceanas, evidencia nosso objetivo de observar a *intenção* dos falantes e de tentar explicar por que esses *aspectos extralinguísticos* são relevantes. Tal recorte é, portanto, essencial para que façamos uma análise coerente, pois, segundo Dascal (1982, p. 7)

[...] o melhor meio de mostrar a necessidade da inclusão de um **componente pragmático** na teoria da linguagem é mostrar os tipos de

fenômenos linguísticos que **ficariam excluídos** de uma teoria da linguagem que teimasse em não conter um componente pragmático (grifos nossos).

Sobre nosso embasamento, consideramos fundamental ressaltar também as palavras de Dascal (1982, p.19-20), em que o autor resume alguns pontos fundamentais da teoria griceana.

Supondo-se que, normalmente, os indivíduos envolvidos em uma conversação respeitem tal máxima [a de ser relevante para a conversação em curso], quando um locutor aparentemente a **viola**, e quando não há qualquer indicação clara de que o locutor resolveu mesmo violá-la, **seu interlocutor está autorizado a interpretar tal violação como meramente aparente e a buscar uma interpretação ‘não literal’ do que foi dito**, que compatibilize o ato linguístico do locutor com a suposição de que está respeitando a máxima. Esta outra interpretação pode ser deliberadamente veiculada dessa forma pelo locutor. Grice a chama de **‘implicatura’**, para distingui-la de uma ‘implicação’: enquanto esta última segue-se necessariamente, por força da lógica, de uma proposição determinada, **a primeira ‘segue-se’ apenas graças à intervenção de um princípio não lógico, a saber, uma máxima conversacional. [...]** **O estudo dos mecanismos envolvidos em fenômenos desse tipo [interações em que há a veiculação de implicaturas] pertence, sem dúvida à pragmática** (Dascal, 1982, p. 19-20, grifos nossos).

É, portanto, a partir da suposição de que falante e ouvinte constroem uma interação respeitando, sobretudo, o princípio cooperativo, que buscamos encontrar hipóteses que possam explicar o motivo de ocorrerem os *mal-entendidos* representados pelos dados aqui analisados.

Temos como ponto de partida a análise de dados representativos de interações entre portugueses e brasileiros, partindo de uma delimitação do campo da pragmática como uma perspectiva que considera, em sua análise, não apenas os elementos linguísticos, mas também os elementos extralinguísticos que influenciam na língua em uso. Para um olhar leigo, teria havido a conhecida *falha de comunicação*, ou, em termos linguísticos, um *mal-entendido* (Pinto, 2012). No entanto, surge a dúvida: trata-se realmente de um *mal-entendido*?

A esse respeito, é interessante considerar que

[Entre os temas escolhidos para análise dentro da área da Pragmática] também encontramos **levantamento de aspectos de diálogos entre falantes de uma mesma comunidade ou comunidades diferentes** (Verschueren; Bertuccelli-Papi, 1987 *apud* Pinto, 2012, p. 58, grifos nossos).

Ou seja, é justamente por consistirem em diálogos entre falantes de comunidades diferentes (PB e PE) que buscamos utilizar tais interações como pano de fundo para a discussão que nos propusemos a fazer.

É também a partir da consideração de Stalnaker (1982, p. 72) de que “as pressuposições compartilhadas pelos participantes numa situação linguística são talvez o constituinte mais importante de um contexto” que buscamos pensar nos diálogos selecionados. Se consideramos que as pressuposições, como termo técnico essencialmente *semântico*, devem ser *compartilhadas*, percebemos que o que parece gerar os *mal-entendidos* na maior parte das interações aqui apresentadas é o fato de que o cálculo das implicaturas não é feito com base nos mesmos fatores pelos brasileiros e pelos portugueses que participam das interações (*i.e.*, seria uma questão essencialmente pragmática), e não a falta de *pressuposições compartilhadas*.

Além disso, consideramos fundamental explicitar, neste ponto, que nosso foco com a seleção desses dados como representativos do fenômeno linguístico em análise foi essencialmente utilizá-los como pano de fundo para chegarmos a conclusões sobre a intenção do *falante* (em nosso *corpus*, representado pelos brasileiros) ao proferir os enunciados que profere. Isto é, objetivamos concluir fatos sobre a nossa leitura enquanto falantes de PB, considerando que temos condições de fazê-lo enquanto pertencentes a essa comunidade linguística. Nosso foco recai, portanto, sobre aquilo que o falante brasileiro parece querer dizer nas interações a partir da implicatura que conseguimos (facilmente, ao menos nos casos apresentados) extrair de cada sentença.

Afinal, fica claro que nesses diálogos o *mal-entendido* consiste propriamente em uma diferença entre a *interpretação pretendida* pelo falante brasileiro e a *interpretação derivada* pelo interlocutor português. Contudo, ratificando nosso propósito, sublinhamos que não temos como objetivo fazer conjecturas ou afirmações sobre a interpretação feita pelo falante de PE, até porque, como não pertencentes a essa comunidade, nossas intuições não seriam suficientes para fazê-las.

Assim, reafirmamos que não estamos assumindo a perspectiva do interlocutor/ouvinte, mas a do falante. Estamos focando o processo realizado pelo PB e, por conseguinte, fazendo uma generalização sobre esta variedade de português, não sobre o PE (o que provavelmente caracterizaria o estudo como excessivamente hipotético e, talvez, até presunçoso). Logo, o diálogo é usado apenas como ponto de partida para a análise da evidente discrepância na interpretação feita pelos interagentes e, portanto, para a descrição de como parecem se dar determinadas implicaturas conversacionais no PB. A comparação entre a *interpretação pretendida* e a *derivada*, como mencionado, é um artifício para que possamos notar a emergência de diferenças relacionadas, segundo nossa hipótese, a aspectos extralinguísticos, notadamente

culturais⁷ – já que, se as diferenças entre as duas variedades fossem estritamente linguísticas, esses *problemas de comunicação* não ocorreriam.

É precisamente em razão da existência de tais diferenças que os dados que serão apresentados têm “graça”. Consideramos que os *mal-entendidos* aqui expressos se aproximam muito de situações anedóticas ou até de piadas. Isso ocorre, provavelmente, porque a implicatura pretendida é sempre gerada mentalmente pelo falante do PB (fato que podemos confirmar ao ler os relatos das interações, já que somos pertencentes à mesma comunidade dos falantes brasileiros empenhados nas trocas conversacionais aqui explicitadas), mas parece não ser gerada pelo falante do PE. Dessa maneira, consideramos haver uma grande evidência de que é a *cultura* (em sentido amplo) que opera nessas distinções, causando esses *mal-entendidos*, visto que se trata de povos e contextos linguísticos diferentes, o que possibilita que, a partir do mesmo dado linguístico, surjam implicaturas diferentes.

Na realidade, temos duas hipóteses⁸ para a interpretação das respostas dos interlocutores. São elas: (i) ou os falantes de PE derivam uma *implicatura X* (considerada mais adequada para aquele contexto) diferente daquela derivada pelos brasileiros (talvez até gerem, em alguma das hipóteses, a mesma implicatura que nós, como falantes do PB, geramos, mas acabam por cancelá-la por alguma razão), o que os leva a fazer *inferências* distintas daquelas que esperaríamos; ou, (ii) ao contrário, não derivam nenhuma implicatura (não dão o passo *pragmático*, portanto, lendo a informação trocada em um nível apenas *semântico*)⁹.

Embora tais hipóteses sejam apenas uma discussão extra (uma vez que que nosso principal foco não é a análise das respostas dos interlocutores portugueses, mas das falas dos brasileiros), consideramos importante pontuar que nos detivemos, na maior parte das análises, à segunda hipótese, por julgarmos ser uma análise mais pertinente a partir dos dados específicos de que dispomos, como se pode comprovar, a seguir, a partir das explicações que fazemos sobre cada interação.

⁷ Sobre esse termo, consideramos importante ressaltar que, apesar de seu uso poder levar o leitor a pensar numa possível problematização do princípio da *universalidade da pragmática*, visto que ela seria, então, sensível a aspectos culturais, não estamos considerando essa possibilidade devido ao fato de que concebemos que as várias interpretações estão **sempre disponíveis** para o falante e para o interlocutor – isto é, continua valendo a *universalidade*; o que parece ser afetado pelos aspectos *culturais* é apenas a seleção de uma ou outra interpretação, não havendo influência, portanto no princípio mencionado.

⁸ Consideramos, também, relevante a hipótese apresentada por Fujihara (2016), intitulada *não-cooperação*; isto é, talvez pudéssemos interpretar tais reações como uma recusa (eventualmente não-intencional, diferente da intencional, abordada pelo autor) em participar do *jogo cooperativo*. No entanto, como nem o foco deste trabalho é a análise das respostas dos falantes do PE, nem uma abordagem distinta da que vimos apresentando ao longo do trabalho seria interessante que se misturasse, nesse ponto, ao nosso recorte, destacamos apenas essa observação de que essa seria outra possibilidade de análise frutífera, assim como se usássemos a já mencionada Teoria da Relevância, por exemplo.

⁹ Uma terceira hipótese explicativa, considerada pelos pareceristas do artigo, no entanto, foi excluída: a de que os portugueses estariam fazendo humor com as falas dos brasileiros. Ela foi excluída por termos reiterados exemplos de ruídos comunicativos e, principalmente, porque não temos contexto suficiente sobre esses falantes para supor que todos eles estivessem fazendo “piada com a cara” dos brasileiros.

Essa segunda hipótese, de os falantes de PE serem *mais literais*, acreditamos, está estreitamente ligada ao que defende Dascal (2005, p. 34), ao afirmar que

Se o ouvinte para de buscar o significado do falante, **contentando-se com o significado da sentença ou da elocução**, é possível que ele **não consiga captar a intenção comunicativa do falante**. Para conseguir captá-la, ele precisa ir além da semântica e procurar a interpretação *pragmática* do que foi dito pelo falante (Dascal, 2005, p. 34, grifos nossos).

Portanto, o ouvinte (falante do PE, em nossas análises) seria impedido de compreender a intenção comunicativa do falante de PB (a implicatura que este buscou gerar) por ter-se contentado com o significado literal/semântico da elocução. Ressaltamos, no entanto, que essa é apenas uma hipótese que não consideramos (e nem ambicionamos) ter condições de comprovar neste momento. É por esse motivo que, em algumas das análises, tecemos, sim, alguns comentários sobre a interpretação do interlocutor (quando consideramos relevante fazê-lo, de maneira hipotética e circunstancial), mas não são análises definitivas, muito menos o principal ponto de nosso estudo.

Embora tenhamos mencionado anteriormente que, neste estudo, não consideramos relevante definir a implicatura conversacional como generalizada ou particularizada, como faz Grice, aqui, julgamos importante pôr a hipótese de que há, a partir dos dados que apresentaremos, alguma perspectiva de que tais implicaturas sejam conversacionais *generalizadas*. Isso se deve ao fato de que as estruturas linguísticas em questão, no PB, geram determinadas interpretações. Isso parece não funcionar para os falantes do PE. Contudo, essa hipótese fica apenas como uma proposta adicional, visto que não tivemos como propósito definir se tais ICs são, de fato, *generalizadas* ou *particularizadas*.

ANÁLISE DAS INTERAÇÕES SELECIONADAS (EXISTE) QUEM GANHA E QUEM PERDE NO JOGO PRAGMÁTICO?

Minha tia [brasileira] estava com uma amiga no restaurante [em Portugal].

O garçom criou coragem e indagou:

— Que língua estás a falar que estou a entender tudo?

(Marion Cotting Braga)

Como já mencionamos no tópico anterior, ao selecionar os dados que seguem, buscamos apresentar, como resultado de toda a discussão feita ao longo deste trabalho, uma análise de dados reais de interações entre falantes de PB e falantes de PE.

Nossa análise (baseada em hipóteses) se assemelha a uma “explicação de piada”, ou seja, buscamos desvendar os pormenores de cada interação, partindo essencialmente da implicatura que o falante de PB parecia pretender gerar¹⁰. Como mencionamos anteriormente, muitas hipóteses são possíveis a partir dos dados que selecionamos; logo, priorizamos aquelas que consideramos mais pertinentes a cada caso.

Assim, temos como pressuposto a ideia de que buscamos estabelecer algumas generalizações linguísticas, uma vez que as ocorrências dos *mal-entendidos* aqui representados não são linguísticas no sentido estrito (pois estamos considerando também os aspectos extralinguísticos), mas também não são tão específicas a ponto de afirmarmos que cada caso tem características únicas e exclusivas. Estamos, portanto, tratando de aspectos que são, em certo sentido, generalizáveis para a língua.

(2) “Café?”, por Nina Paduani

Meus pais e meus tios estão em Lisboa. Vão ao restaurante almoçar. No final, o garçom pergunta:

—Café?

Meu pai:

— **Um**, por favor.

Meu tio:

— **Dois!**

Minha tia:

— **Três!**

Passam alguns minutos e lá vem o garçom.

Com **seis** cafés.

Sobre esse exemplo, o mais relevante a ser comentado é que, muito possivelmente, ele se relaciona a uma distinção na *interpretação da máxima da quantidade*. Enquanto para os falantes brasileiros (no caso, os pais e os tios da narradora) é natural implicar, com a relação entre os enunciados “um”, “dois” e “três” (dando a informação de que, além de estarem solicitando um café, já estariam “fazendo a conta matemática” que o garçom precisaria fazer), que o que ocorre é apenas uma enumeração/contagem do número de cafés solicitados, para o garçom português a implicatura gerada é a de soma ($1+2+3=6$), e é por isso que ele acaba por trazer seis cafés. Embora seja arriscado dizer que tipo de raciocínio o garçom fez, podemos perceber que, para ele, a informação fornecida estava sendo dada porque era relevante para o contexto e, portanto, não foi lida como violação da máxima de quantidade, mas como atendimento a ela.

¹⁰ É importante apontar, também, que consideramos a possibilidade de que essas situações estejam relacionadas ao humor português irônico e sutil, que não é facilmente reconhecível se não se está familiarizado com a cultura daquele povo (de acordo com comentário disponível em <https://www.buzzfeed.com/br/rafaelcapanema/historias-reais-de-portugal-mais-engracadas-que-piadas>). No entanto, reforçamos que, ainda que façamos uma análise nessa direção, as interações a seguir reproduzidas continuam indicando distinções pragmáticas entre o PB e o PE; senão, não seria sequer possível derivar sentidos como o de humor, o de ironia etc.

No *site* de onde extraímos esse exemplo, há um comentário de uma pessoa que afirma ser portuguesa e considera a história “perfeitamente possível e compreensível”. Ela justifica isso afirmando que a forma de fazer os pedidos em Portugal não se dá dessa maneira. Normalmente, é o garçom quem faz a soma. Além disso, um aspecto interessante mencionado pela autora do comentário e que se relaciona às questões culturais que mencionamos previamente é o fato de que não é papel do garçom julgar se determinada pessoa quer beber duas, ou até três, xícaras de café. Mesmo que considere o pedido estranho, ele vai cumpri-lo à risca¹¹.

A partir dessas interessantes considerações, podemos facilmente associar essa hipótese a uma das que levantamos anteriormente: o fato de que os falantes de PE seriam mais literais do que os falantes do PB. Isso porque a interpretação literal desses enunciados, de fato, levaria ao entendimento de que os clientes desejariam, no total, seis cafés (e não três, como seria a interpretação mais natural – e talvez a única – disponível aos falantes do PB).

(3) “Como vem o bife?”, por Giuliana Miranda Santos

Querendo me informar mais sobre os **acompanhamentos** de um dos pratos de um restaurante em Alfama, perguntei ao garçom:

— Mas **como vem** esse bife aqui?

Ele prontamente me respondeu:

— Alguém o traz da cozinha!

Nessa interação, a partir da observação da autora (falante de PB) sobre o contexto, ao afirmar que gostaria de informações sobre os acompanhamentos dos pratos, concluímos que ela desejou implicar, ao perguntar “como vinha” o bife, o que viria junto com ele no prato.

Entretanto, é precisamente a expressão “como vem” que parece gerar o *mal-entendido* nesse caso, uma vez que ela pode ser interpretada de várias maneiras. Nesse caso, mesmo para um brasileiro, talvez não ficasse claro se a falante deseja saber, por exemplo, sobre o ponto da carne, sobre o tipo de cocção, sobre a maneira como ele é levado até a mesa, ou efetivamente sobre os acompanhamentos.

Nossa hipótese, aqui, é a de que o garçom restringiu sua interpretação a uma das leituras semânticas da expressão em foco “como vem”, que seria exatamente referente à maneira como o bife é “transportado” até a mesa (ou seja, o garçom se atém a explicar “como o bife vem da cozinha”, não focando a resposta apenas no “como”). Talvez a pergunta tivesse de ser feita de outra maneira em PE para que o garçom inferisse alguma das outras possibilidades mencionadas.

¹¹ Informações extraídas de comentário em <https://www.buzzfeed.com/br/rafaelcapanema/historias-reais-de-portugal-mais-engracadas-que-piadas>.

(4) “Pasteizinhos de Belém”, por Raphael Delorme Magalhães

Meu padraço estava em um ônibus em Portugal com a família e viram em um outdoor escrito algo como **“Pasteizinhos de Belém, desde 1920”** e uma **foto** dos pasteizinhos.

Ele comentou com a família, brincando:

— Olha, gente! **Desde 1920!**

No que uma senhora portuguesa interrompeu:

— Me perdoem, mas **aqueles** já foram comidos, chegando lá vão encontrar **outros** fresquinhos.

Nesse caso, o falante brasileiro, ao comentar (em tom de brincadeira) com a família que os pasteizinhos de Belém ilustrados pela foto no *outdoor* estariam lá desde 1920, claramente viola a máxima da *qualidade* de Grice, uma vez que afirma algo que sabe não ser verdadeiro, pois é evidente que não haveria, no mundo real, a possibilidade de o doce estar “pronto para ser comido” desde 1920. Com essa violação, o falante de PB possivelmente objetiva gerar a implicatura de que é a fábrica que existe desde 1920, e não aqueles mesmos pasteizinhos da foto. Além disso, o fato de o autor especificar que o falante faz seu comentário “brincando” já é um indicativo de que este tem plena consciência de estar violando uma máxima conversacional, ainda que, evidentemente, não o saiba nesses termos linguísticos. O que a falante portuguesa faz, provavelmente, é basicamente interpretar o sentido literal da fala do brasileiro (interpretação marcada, inclusive, pela oposição entre os termos “aqueles” e “outros”).

(5) “Me traz aquele”, por Nelio Costa

Um cliente estava indeciso sobre o que pedir. Viu um garçom passando com **um prato que o agradou** e falou para o que o atendia:

— Pode me trazer **aquele**.

A resposta do garçom:

— Não será possível porque **aquele** já é do senhor da mesa ao lado.

(6) “O prato de Fernando Pessoa”, por Oniodi Gregolin

Minha amiga estava almoçando no mesmo restaurante que Fernando Pessoa frequentava assiduamente. Como ela é formada em Letras, com mestrado em literatura, estava mais interessada nas histórias do lugar do que na culinária.

No momento de escolher, chama o garçom e pergunta qual era **o prato** preferido de Fernando Pessoa. Sem pestanejar, ele responde:

— **Já quebrou-se** há muito tempo!

Nesses dois exemplos, o que parece haver é um *mal-entendido* no aspecto referencial/ostensivo. Em (5), ao informar ao garçom que desejava *aquele* prato (o do senhor da mesa ao lado), o falante brasileiro viola a máxima da *qualidade*, uma vez que afirma algo que sabe que não pode ser verdadeiro, pois no mundo real não faz sentido que o garçom retire um prato já

pronto e que havia entregado para outro cliente para dá-lo a um outro cliente simplesmente porque ele assim o quer. O falante de PB deseja, nesse contexto, implicar que ele deseja um prato *igual* ao do cliente “vizinho”, e não efetivamente *o mesmo*.

Já em (6), o que ocorre é que a falante de PB utiliza uma expressão polissêmica (com múltiplos sentidos¹²), que pode indicar, basicamente, a peça de louça; ou, por derivação, o conteúdo de um prato, a “iguaria”¹³. A falante gera a IC de que quer saber sobre a comida que Pessoa gostava de comer. O garçom, por outro lado, infere que ela está falando sobre a peça de louça. É daí que deriva, neste caso, o *mal-entendido*.

(7) “Um táxi”, por Marcelo Negromonte

Estávamos num hotel em Lisboa e descemos pra fumar. Decidi ir até a recepção pra pedir um táxi. Perguntei à funcionária:

— Por favor, você **poderia chamar** um táxi pra mim?

A funcionária disse que sim, continuou a fazer o que estava fazendo e **não chamou o táxi**. Daí eu percebi que estava dentro da piada.

Voltei pra fora pra rir um pouco com minha amiga e voltei novamente pra recepção, como se nada tivesse acontecido.

Claro que ela poderia chamar um táxi, não havia nada que a impedisse de fazê-lo.

Daí eu falei:

— Eu **preciso** de um táxi **agora**.

E ela:

— Pois não, senhoire [sic].

E **ligou pro táxi**. Fim.

(8) “Você sabe?”, por Ney Hayashi da Cruz

Um dia em Lisboa eu parei um sujeito na rua e perguntei: “O senhor **sabe** como chegar no castelo de São Jorge?” **Ele respondeu “sei!” e continuou andando**.

Optamos por agrupar esses dois exemplos porque eles têm uma característica marcante em comum. Ambos utilizam a indiretividade (a atenuação) do pedido (no caso de (7)) ou da solicitação de informação (no caso de (8)) como estratégia de polidez. Curiosamente, é exatamente isso que gera os dois *mal-entendidos*.

Essa é uma questão cultural que reconhecemos como própria da cultura brasileira. Recorrer à *indiretividade linguística* para gerar efeitos de polidez¹⁴ no âmbito social, especialmente

¹² Cf. Houaiss, 2009.

¹³ Cf. Houaiss, 2009.

¹⁴ De acordo com Grice (1975[1982], p. 88), o “ser polido” pode constituir também, um tipo de máxima “de caráter estético, social ou moral”, que é “normalmente observada pelos participantes de uma conversação”, podendo, também, gerar as “implicaturas não-convencionais”; ou seja, as conversacionais. Essa observação é uma clara evidência de que, ao optarem pela indiretividade, nesses exemplos, os falantes buscaram gerar as ICs.

em interações com estranhos, é comum. Algumas culturas podem interpretar essa indiretividade como excesso de simpatia, pois nem todas as línguas manifestam a polidez dessa forma. No entanto, é importante mencionar que a indiretividade é um artifício próprio dos brasileiros para manifestar a *polidez*. Esta última é uma característica presente em todas as línguas, como afirmado pela teoria da polidez.

Em outras palavras, a maneira como nós, brasileiros, fazemos o pedido é justamente para gerar determinada implicatura – que, para os falantes de PB é, em geral, tácita, facilmente reconhecível e não gera problemas de comunicação. No entanto, a partir dos dois exemplos, não parece ser o caso para os falantes do PE.

No exemplo (7), especificamente, o falante opta, primeiramente, pela indiretividade: no lugar de dizer diretamente à recepcionista que desejava um táxi naquele momento, ele escolhe violar a máxima da *qualidade* (e, possivelmente, a da *relação*, visto que a pergunta que faz não parece ser pertinente a uma interação com uma desconhecida). Ele faz uma pergunta cuja resposta é óbvia, que a princípio parece ser sobre a *capacidade* da funcionária de chamar um táxi. No entanto, no PB, fica evidente que o falante objetiva gerar a IC de que ele precisa de um táxi naquele momento e está solicitando à sua interlocutora que o chame. Novamente, a falante de PE parece interpretar apenas a camada literal do enunciado, descartando a possibilidade de que isso fosse um pedido “mascarado” por uma pergunta.

Em (8), o que ocorre é basicamente o mesmo. Em vez de se dirigir de um modo mais direto ao seu interlocutor solicitando que este lhe informasse o caminho para o castelo (provavelmente por ser um desconhecido, visando a demonstrar respeito), o falante opta por perguntar se ele “sabe”, ou seja, se conhece o caminho. Outra vez, o falante parece optar pela interpretação literal, não gerando a implicatura esperada e limitando-se a responder à interação no nível linguístico, inclusive fisicamente indicando que estava se retirando daquela troca conversacional.

(9) “Me vê dois”, por Sofia

Uma vez eu pedi no balcão de uma confeitaria:

— O senhor **me vê** dois pastéis de Belém?

O cara foi, **olhou** e não pegou nada.

Eu perguntei:

— Os meus pastéis de Belém?

E ele:

— Ah, a senhora quer que eu lhe **dê** dois pastéis? Porque **só me pediu que visse**.

Em (9), a falante de PB utiliza uma conhecida expressão idiomática¹⁵ brasileira, optando pela construção “me vê” no lugar de “gostaria de”, ou “quero”, para indicar o que deseja

¹⁵ Sobre o conceito de expressão idiomática, seguimos a definição clássica de Xatara (1998): “*expressão idiomática* é uma

comprar. Nesse caso, a falante viola a máxima da *relação*, uma vez que não parece pertinente, em um contexto de compra em uma confeitaria, solicitar ao funcionário que simplesmente “olhe” algum produto no balcão. Evidentemente, essa escolha da falante está relacionada à naturalidade com que se trata as expressões idiomáticas em sua língua materna, justamente por serem cristalizadas culturalmente. Com a violação que produz, ela busca que seu interlocutor infira que ela quer que ele lhe dê os dois pastéis, e não que apenas os olhe.

Mais uma vez, o interlocutor parece não reconhecer a interpretação pretendida. Além disso, somamos a essa análise a hipótese já levantada anteriormente a partir do comentário da portuguesa: a de que não cabe ao funcionário *julgar* o desejo do cliente, mas buscar atendê-lo do melhor modo possível, mesmo que o pedido soe estranho e até sem sentido, como nesse caso específico. Isso contrasta com o exemplo do café, que ainda apresentava alguma coerência.

(10) “Aquela caixinha”, por Julia Wiltgen

Fui comprar pastéis de Belém no local onde eles são fabricados.
Lugar lotado, balconistas concentrados, atendendo todo mundo super-rápido e com muita seriedade.
Os pastéis de Belém vêm (ou pelo menos vinham) numa caixinha sextavada de papelão.
Eu e minha mãe nos aproximamos do balcão e ela pergunta a um dos atendentes:
— Os pastéis de Belém **são aquela caixinha?**
O balconista responde:
— Não, senhora, é o que tem dentro!
Ele continuou os atendimentos super sério e **eu e minha mãe caímos na gargalhada.**

(11) “Posso estacionar?”, por Filipe Teixeira

Num bar no centro histórico de Lisboa, uma brasileira entra e pergunta:
— **Posso** estacionar aqui na frente?
O balconista responde:
— Claro que **pode**. Só **corre o risco de levar uma multa.**

Nesses dois exemplos (os últimos que analisaremos), os falantes de PB parecem violar a máxima da relação e, em (10), também a da qualidade.

Em (10), a falante de PB faz uma pergunta que não parece ser pertinente, pois não é possível que o termo “pastéis” denote o mesmo que o termo “caixinha”, em português. Além disso, viola a máxima da *qualidade* ao utilizar, em sua pergunta, uma informação que sabe ser falsa; afinal, a expressão linguística *pastéis de Belém* denota um doce, e não um tipo de embalagem.

lexia complexa indecomponível, **conotativa** e **cristalizada em um idioma pela tradição cultural**” (p. 170, grifos nossos).

No entanto, essa violação parece ser propositada pela estrutura linguística “econômica” escolhida pela falante PB, que opta por “resumir” a frase, que provavelmente quer dizer algo como: “os pastéis de Belém são *o que vem dentro* daquela caixinha?”. O que ocorre é que, devido a essa construção não ser reconhecida pelo balconista (falante de PE), ele interpreta apenas o sentido semântico da pergunta, esclarecendo algo de que a falante de PB possivelmente já tinha conhecimento (mas deixou disponível apenas no nível pragmático – do implicado – e não na camada semântica). Além disso, o fato de o balconista ter continuado seu atendimento sem considerar ter havido *mal-entendido* algum é uma evidência dessa interpretação literal que fez da pergunta. As falantes de PB riem justamente por terem esperado que o interlocutor derivasse a implicatura – o que, evidentemente, não ocorreu.

Em (11), a falante faz uma pergunta para a qual já sabe que a resposta é obviamente positiva. Ela tem consciência sobre a sua própria *capacidade* de estacionar o carro naquele lugar – ou seja, a pergunta que faz também não parece ser pertinente. No entanto, dado que pressupomos que o padrão é não fazermos perguntas óbvias, ao perguntar se *pode* estacionar, ela na verdade quer saber se é *permitido*, se *está de acordo com as leis* estacionar o carro na frente do bar. O interlocutor, no entanto, parece não interpretar essa violação da máxima, atendo-se apenas ao sentido literal. Isso fica evidente quando afirma que ela “corre o risco de levar uma multa” – ou seja, na verdade não é permitido estacionar ali.

Após todas as análises realizadas para propor certas generalizações linguísticas, queremos reforçar que nosso objetivo principal foi elucidar as implicaturas desejadas pelos falantes de PB, as quais esperavam que seus interlocutores deduzissem a partir das construções que escolheram usar. Essas implicaturas são derivadas do raciocínio inferencial com o qual estão familiarizados em sua língua nativa.

Acreditamos ter conduzido um percurso que permite ao leitor visualizar esse processo com mais detalhes, o que facilita a compreensão de por que a maioria dessas situações nos causa riso. No fundo, trata-se de uma questão *pragmática*, mais especificamente de geração de *implicaturas conversacionais*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar algumas distinções pragmáticas geradas a partir de interações entre falantes de PB e de PE, especialmente aquelas relacionadas à geração e à interpretação das chamadas *implicaturas conversacionais*.

Assim sendo, consideramos ter cumprido nosso objetivo principal, além de termos proposto análises que nos possibilitam compreender o motivo da existência dessas distinções aparentemente motivadas culturalmente, mas que se manifestam linguisticamente. Nesse

âmbito, o presente estudo contribui para ampliar a discussão sobre esse ponto tão central na Pragmática, que é a noção de *implicaturas*.

Ademais, acreditamos ter possibilitado que se compreenda que esses *mal-entendidos* entre falantes do PB e do PE, diferentemente do que diz o senso comum, decorrem não de “falta de inteligência” de alguma das partes que interagem ou apenas do “humor irônico português”, mas de distintas utilizações da *lógica linguística*, isto é, de distinções essencialmente *pragmáticas*.

Com o percurso que fizemos por meio dos dados discutidos nesta pesquisa, foi possível concluir que, a partir de uma perspectiva griceana, é viável analisar dados reais de interação, incluindo aqueles que representam diálogos entre falantes de comunidades linguísticas distintas, como é o caso do PB e do PE.

Por fim, destacamos a necessidade de se aprofundar os estudos nessa área, especialmente nesse campo de interface entre o PB e o PE, que consideramos especialmente interessante e intrigante.

REFERÊNCIAS

CAPANEMA, R. **16 histórias de Portugal que parecem piada, mas são reais**: De burros eles não têm nada. Nós é que falamos outra língua. 2015. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/rafaelcapanema/historias-reais-de-portugal-mais-engracadas-que-piadas>. Acesso em: 24 out. 2018.

DASCAL, M. Pragmática e intenções comunicativas. *In*: DASCAL, M. **Interpretação e compreensão**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005. p. 27-53.

DASCAL, M. A estrutura pragmática da conversação. *In*: DASCAL, M. **Interpretação e compreensão**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005. p. 539-559.

DASCAL, M. Relevância Conversacional. *In*: DASCAL, M. (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**, volume IV, Pragmática. Campinas: edição do organizador, 1982. p.105-131.

FUJIHARA, A. K. **Pragmática e não cooperação**. 2016. 184 f. Tese (Doutorado) – Curso de Letras, Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/44729>. Acesso em: 01 maio 2019.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. Nova York: Harper Colophon Books, 1974.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. (Trad. João W. Geraldi). *In*: DASCAL, M. (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**, volume IV, Pragmática. Campinas: edição do organizador, 1982. p. 81-103.

GRICE, H. P. Logic and Conversation. p. 41-58. *In*: COLE, P.; MORGEN, J. L. (org.). **Syntax and Semantics 3**: Speech Arts. Nova York: Academic Press, 1975.

HENRIQUES, C. C.; LEGROSKI, M. C. **Semântica e Pragmática**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2017. v. 1. 260p.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEVINSON, S. C. O Âmbito da Pragmática. *In*: LEVINSON, S. C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 1-64. Trad. de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari.

LEVINSON, S. C. **A Implicatura Conversacional**. *In*: LEVINSON, S. C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 121-207. Trad. de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari.

OLIVEIRA, R. P.; BASSO, R. M. **Arquitetura da conversação**: teoria das implicaturas. São Paulo: Parábola, 2014.

PINTO, J. P. Pragmática. *In*: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2012. p. 55-79.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevance: communication and cognition**. Cambridge: Blackwell, 1996.

STALNAKER, R. C. Pragmática. (Trad. Marco A. de Oliveira). *In*: DASCAL, M. (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**, volume IV, Pragmática. Campinas: edição do organizador, 1982. p. 59-84.

XATARA, C. M. Tipologia das expressões idiomáticas. **ALFA**: Revista de Linguística, v. 42, 1998. p. 169-176. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/107760>. Acesso em: 28 maio 2019.

Recebido para publicação em: 30 set. 2023.

Aceito para publicação em: 1 fev. 2024.